



A paisagem como patrimônio: da convenção europeia às cartas nacionais da América Latina

*Yuri Potrich Zanatta*¹

*Reginaldo José de Souza*²

O presente artigo tem como objetivo comparar os principais aspectos da Convenção Europeia da Paisagem e seus desdobramentos na criação das Cartas nacionais e continentais da América Latina, destacando o aspecto inaugural de cada uma até culminar na Carta da Paisagem das Américas. A partir do debate que considera a paisagem como um patrimônio e, como consequência, um bem a ser preservado, discute-se a importância deste conceito para a criação de valores, considerando que inserir a dimensão paisagística nas políticas públicas patrimoniais implica no reconhecimento de uma produção coletiva do espaço. Como procedimento metodológico, estudaram-se os documentos oficiais das associações que publicaram as cartas, evidenciando o papel da paisagem e do patrimônio na produção de valores, identidades e reconhecimentos para a sociedade.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Cooperação transnacional. Políticas públicas.

1 Arquiteto e Urbanista e mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/campus Erechim). E-mail: yuripotrichzanatta@hotmail.com

2 Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/campus Presidente Prudente). Docente da graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/campus Erechim). E-mail: reginaldo.souza@uffs.edu.br

